
**O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL:
ALGUMAS REFLEXÕES**

Vanessa Cristina Pacheco Silva

Licenciada e Bacharela em História pela FURB - Universidade Regional de Blumenau. E-mail: panambi_ness@yahoo.com.br.

O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES**DÍA DE LA CONCIENCIA NEGRO EN BRASIL: ALGUNAS REFLEXIONES**

Vanessa Cristina Pacheco Silva

RESUMO

O trabalho visa estudar a data 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares que se tornou símbolo alusivo ao Dia da Consciência Negra no Brasil, em oposição ao 13 de maio, data em que é comemorada a abolição da escravatura no calendário nacional, porém, amplamente criticada pelo Movimento Negro como uma data totalmente desprovida de representatividade em relação aos escravos. Como fio condutor, toma-se o estudo bibliográfico sobre quilombo, – em especial o símbolo mais emblemático que é o Quilombo dos Palmares – pós-escravidão, nascimento do Movimento Negro e a criação do Dia da Consciência Negra. Tal data foi pensada pelo Grupo Palmares, grupo encabeçado por Oliveira da Silveira, que se dedicou a necessidade de criar um dia que representasse a conscientização do negro em relação as suas características estéticas e culturais. Sua ideia foi incorporada pelo Movimento Negro que, ao entender o quilombo como símbolo que representa a luta contra o sistema escravista, torna a história do Quilombo dos Palmares e a morte do líder Zumbi um símbolo de liberdade, democracia e conscientização e o Dia da Consciência Negra numa bandeira, não somente do Grupo Palmares, mas de todos os Movimentos Negros brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência Negra, Quilombo, Grupo Palmares.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo estudiar el día 20 de noviembre, aniversario de la muerte de Zumbi, que se convirtió en un símbolo que conmemora el Día de la Conciencia Negro en Brasil, en contraposición al 13 de mayo, cuando se celebra la abolición de la esclavitud en el calendario nacional, Sin embargo, muy criticada por el Movimiento Negro como una fecha enteramente desprovista de representatividad en relación con esclavos. Como conductor, se convierte en el estudio bibliográfico de Quilombo, sobre todo en el símbolo más emblemático es el Quilombo dos Palmares, post-esclavitud, el nacimiento del Movimiento Negro y la creación del Día de la Conciencia Negro. Tal Fecha de se pensó Palmares Group, grupo encabezado por Oliveira da Silveira, que se dedicó a la necesidad de crear un día que representa la conciencia de rejilla negro en sus características estéticas y culturales. Su idea fue incorporada por el Movimiento Negro que entendiendo el Quilombo como un símbolo que representa la lucha contra el sistema esclavista, hace que la historia de la muerte Quilombo dos Palmares y de Zumbi lleva un símbolo de la libertad, la democracia y la conciencia y Día de la Conciencia una bandera negro, no sólo el Grupo Palmares, pero todos los movimientos negros en Brasil.

PALABRAS CLAVES: Conciencia Negro, Quilombo de Palmares Group.

A história do Brasil foi construída sobre os alicerces de uma sociedade escravocrata agrícola, período que desencadeou na cultura brasileira a superioridade a partir da raça e, com isso, mazelas sociais que nem mesmo mais de um século da abolição da escravatura conseguiu superar.

Diante da importância de pensar a questão racial no Brasil o texto foi construído com a intenção de problematizar a data 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e símbolo alusivo ao Dia da Consciência Negra no Brasil, criada com a intenção de contrapor ao 13 de maio, data em que é comemorada a abolição da escravatura no calendário nacional, porém, amplamente criticada pelo Movimento Negro como uma data totalmente desprovida de representatividade em relação aos escravos.

O estudo em torno do tema se fez possível através de pesquisa em bibliografias que debatem as mazelas sociais tatuadas pelo período escravocrata, inclinando maior dedicação ao estudo sobre quilombos como uma reação de resistência escrava; nesse caso sublinha-se o fato de que o quilombo ocupa lugar de destaque na historiografia transformado em símbolo de movimentação contra a política de dominação em prol da liberdade, um lugar onde o negro podia viver de acordo com sua cultura. Ainda em minha pesquisa bibliográfica, procurei também os temas: pós-abolição, nascimento do Movimento Negro Brasileiro e a criação do Dia da Consciência Negra, data pensada por Oliveira da Silveira juntamente com o Grupo Palmares.

O trabalho destaca o fato de que todo o período escravocrata esteve relacionado à luta dos negros perante o sistema escravista, a final, “Onde houve escravidão houve resistência” (REIS, 1996, p.09) ocorrida de formas variadas que compreendem desde a quebra de ferramentas até os atos mais extremos como a ação de assassinar seus senhores. Reis continua explicando que uma das ações mais comuns de resistência era a fuga e a “formação de grupos de escravos fugidos” (1996, p.09) que para viver o sonho de liberdade se arriscavam fugindo em busca de um lugar seguro para se refugiar. Nesses lugares, constituíam-se formas organizadas de sociedade por meio de um relacionamento com a terra e movidos pelo desejo de liberdade para viver sua cultura afro-brasileira. Estes lugares foram denominados quilombos.

Os quilombos são locais de destaque na temática da escravidão e a historiografia brasileira se desdobra em pesquisas para entender a complexidade que envolve a definição de quilombo. Para alguns, essa dinâmica caracteriza “um espaço cultural que ao agregar homens,

mulheres e crianças, com diferentes origens étnicas e crenças, foram sendo construídas verdadeiras muralhas humanas” (NUNES, 2009, p.198), todos prontos à ação belicosa para defender seu espaço de cultura.

Assim, mais que um espaço de aglomeração recorrido por pessoas que se sentiam escravizadas pela política social, o espaço quilombola é entendido como “um espaço pedagógico para o aprendizado do convívio com a diferença; os escravizados da cor, do corpo e dos ideais onde negros, índios e brancos estabeleciam redes de solidariedade, internas e externas se constituindo [...] numa legião de homens e mulheres” (NUNES, 2007. p.08). Um lugar onde os negros trabalhavam para seu sustento e viviam suas crenças e tradições culturais.

Uma das primeiras tentativa de conceituar quilombo veio do rei de Portugal que, “em resposta a consulta do Conselho Ultramarino, definiu quilombo como uma “habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1993, p.11), em suma, qualquer lugar abandonado que se encontrasse ajuntamento de negro. No entanto, a “palavra originária da África - kilombo - refere-se a uma associação de homens aberta” (MUNANGA e GOMES, 2004 Apud NUNES, 2007, p.8), um lugar no qual os negros podem casar, trabalhar na terra, viver em comunidade seguindo sua tradições.

Tais ações resultaram em quilombos espalhados por todo o Brasil e dentre todas as histórias de quilombos e quilombolas conhecidas no país, o símbolo mais emblemático deste processo foram os Quilombos de Palmares e seu líder Zumbi que, conforme Nunes, “em *terra brasiliis*, fizeram da liberdade um rastro a ser mantido através de suas reminiscências” (2009, p. 197). O Quilombo dos Palmares tornou-se um representante central dos quilombos existentes no Brasil e sua história exaltada pela comunidade negra, o transformou em referência para as lutas de liberdade dos negros.

Em meio a tantas citações sobre o quilombo de Palmares, faz-se interessante uma explicação, ao menos resumida sobre ele. O quilombo se localizava em Pernambuco, na atual região de Alagoas e a maioria de seus integrantes haviam sido trazidos para o Brasil dos países africanos Angola e Zaire, continentes que entendem o conceito de “*Kilombo* [como representação de] uma sociedade guerreira [...] com uma disciplina militar estrita” (REIS, 1996, p.29, grifo meu). Palmares tem em sua história quase um século de resistência e seu crescimento chegou a alcançar uma “população de cerca de 50 mil pessoas” (TIÇÃO, 1978.

p.20). Essa soma elevada de integrantes se deve a, além de escravos fugidos e dos nascimentos acontecidos dentro do quilombo, “o ingresso [...] de índios salteadores, fugitivos da Justiça de modo geral e elementos de todas as demais etnias” (MOURA, 1993, p. 42). Palmares era formado por vários outros quilombos que tinham Zumbi como líder do grupo. A capacidade de organização e resistência desses quilombolas ameaçava o governo escravocrata que, na tentativa de conter seus avanços, organizava expedições para tentar matar os revoltosos. Diante de traições e violentas investidas, esse símbolo de resistência começou a enfraquecer a tal ponto que durante um confronto ocasionado por uma traição ao líder, Zumbi foi assassinado e teve sua cabeça exposta em praça pública. Essa exaltação da vida de Zumbi, sua luta contra a escravidão e seu assassinato ocasionado por uma traição desencadeia numa admiração que proporcionou a transformação do Zumbi dos Palmares em herói nacional.

Hoje, em vários estados brasileiros, remanescentes quilombolas que ainda vivem em regiões de antigos quilombos, defendem seu direito a terra como um espaço “fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada. [...] mais que extensão territorial, trata-se de porção do espaço geográfico onde ocorre tanto a produção material, quanto a produção dos significados simbólicos e culturais da comunidade” (MALCHER, 2010, p. 03). Esses herdeiros da terra se tornaram, de algum modo, conectados a essa história da escravidão e este processo inspirou o movimento negro a criar uma militância contra o preconceito racial, baseado no histórico de luta inerente aos quilombos.

A memória acerca das lutas relacionadas aos quilombos no Brasil escravocrata torna-se um elemento que encabeça movimentos de reação contra o racismo presente na atualidade e é inspirado na bravura do negro escravo do passado que o movimento negro brasileiro toma como foco a realização de ações no presente, engajado na “luta por melhores condições de vida para pretos e pardos no país” (ALBERTI, 2007, p. 639), com especial interesse na conscientização racial e na importância do respeito à diversidade.

Tal luta da população negra se estende até a contemporaneidade amargando os resultados negativos da pós-abolição, cujos dados históricos deixam explícitos que o fim da escravidão ocorreu eminentemente por motivos políticos, em busca de produção cada vez maior. De acordo com Trevisan, “o Parlamento Inglês aboliu totalmente o tráfico de escravo para as suas próprias colônias. E começou a pressionar os países [...] acabaram com o tráfico de escravos para depois atingirem a abolição” (1988, p.27). Neste movimento todo, o Brasil

foi protelando a decisão em meio a acordos diplomáticos e conseguiu ser um dos últimos países a abolir a escravidão.

A liberdade real não se deu como esperada, nem como passada nos filmes ou nos livros didáticos no qual aprendemos uma história romanceada, trata-se de um processo social delicado, onde se teve uma libertação arraigada no preconceito, negros subjugados e desempregados, o que leva a crítica feita pelo Movimento Negro de que a abolição não proporcionou a “absorção dos africanos e brasileiros negros ao mercado de trabalho capitalista que sucedeu o regime escravocrata. A República nascente decidiu pelo embranquecimento da população brasileira, substituindo os escravos pelos colonos europeus” (2009, p.46). Em outros termos, a política de imigração proporcionou mão de obra imigrante e de baixo custo em abundância, e deixou as de ex-escravos para reserva.

Se por um lado a preferência dos senhores empregadores não era pelos ex-escravos, por outro lado muitos dos ex-cativos se recusavam ao papel de trabalhadores dos brancos e acabavam ocupando terras abandonadas iniciavam “o cultivo de mandioca e a criação de animais. Isso mostra que os ex-escravos percebiam que a condição de liberdade só seria possível se pudessem garantir a própria subsistência e definir quando, como e onde deveriam trabalhar” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.198). Como libertos, entendiam a liberdade como uma abertura para o acesso a terra, a dignidade, a educação, assim como os brancos.

Os motivos e as consequências da abolição, ocorrida em 13 de maio de 1888, sobre ex-escravos não curou as mazelas causadas o período escravocrata e a falta de políticas para incluir o negro na sociedade como cidadão livre representou um abandono político e social. Discutindo as dinâmicas desse processo, French sugere que “a Lei Áurea não teria representado um impacto ruptural com o passado de escravidão, haja vista a continuidade de aspectos estruturantes da sociedade escravista” (FRENCH, John apud ARAIZA, 2012, p. 28) e, uma vez que a sociedade não estava preparada para tal mudança não via o homem negro fora da condição de escravo. Como não existiam mecanismos para que os negros estruturassem sua vida, entende-se que a população negra foi entregue “à própria sorte, colocada fora do mercado de trabalho, completamente excluída do acesso à terra, à renda, à instrução, a qualquer instrumento que lhe desse condições de competir por uma ocupação formalmente remunerada” (PALMARES, 2009, p.46.). Com a abolição, o Brasil entra em

crise política, situação que agrava a crise social, pois a liberdade almejada pelos negros ainda era uma espécie de sonho não concretizado.

Vendo a abolição sob esse prisma, o Movimento Negro demonstra sua insatisfação com o projeto da Abolição no qual, em “nome da justiça e da humanidade burguesas, os abolicionistas erigiam-se em procuradores dos oprimidos, excluindo-os da luta pela liberdade e da própria história” (LARA, 2012, p.28). A crítica se refere à história que apresenta os burgueses vestidos de boa vontade onde, com a imposição da lei Áurea tentam convencer o país do fim da escravidão, quando na verdade, a luta pela liberdade sempre foi encabeçada pelo negro escravo e só começou a ter apoio dos burgueses quando suas teorias se viram ligadas ao fato da oposição entre escravidão e capitalismo, onde o escravo perdia a senzala, que era um teto fornecido pelo seu Senhor e ganhava a liberdade das ruas e, com ela, a marginalização e a discriminação racial.

Perante essa ausência de políticas em prol dos ex-cativos, os próprios se movimentaram em busca de uma real liberdade que só seria possível por meio do reconhecimento social. Um exemplo de iniciativa, a ação providenciada no estado do Rio de Janeiro quando, “após o dia 13 de maio, um grupo de libertos da região de Vassouras, [...] endereçou uma carta a Rui Barbosa, então figura importante da política nacional. Na carta, eles reivindicavam que os filhos dos libertos tivessem acesso à educação” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.198.). Ou seja, como homem livre almeja uma posição social, os “ex-escravos, agora tinham planos de ascensão social para seus filhos. E, ao contrário do que proclamavam alguns abolicionistas, aqueles libertos tinham, sim, uma interpretação própria do que seria cidadania” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.198.) e mais, mesmo muitos desejando voltar para a África, movidos por uma memória ancestral, eles sabiam que também faziam parte dessa terra.

Anos de lutas travadas em prol de uma política que visa qualidade de vida para os negros resultaram em conquistas consideráveis, a exemplo dos debates plantados pelo partido político Frente Negra Brasileira (FNB) que em 1931, lutava “pela inserção do negro no mercado de trabalho [...] Sua luta [...] deu resultados. Com o início da industrialização do país, os negros começaram a ser contratados pelas fábricas, ainda que em postos de pouca qualificação” (PALMARES, 2009, p. 48-49). A FNB agia como se fosse um sindicato que intervinha perante os empregadores para introduzir o negro no mercado de trabalho.

Em defesa da população negra, a FNB foi encabeçada pelos Movimentos Negros que insistiam em um, como descrito por Alberti, “processo interno de reconhecimento da negritude” (2007, p.240), que implica na aceitação do negro em relação a sua cor de pele, ao seu cabelo crespo, a suas crenças e a cultura africana. Essa renovada organização do povo negro “pode ser compreendido como um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro” (GOMES, 2011, p.135), período delicado no qual a sociedade brasileira se encontrava inflamada pelo governo militar.

Mesmo uma realidade de repressão não desencorajou por completo os militantes que se opunham ao preconceito e, em 1978, revoltados, “militantes de várias entidades promovem, em plena ditadura, um grande ato público denunciando o racismo no Brasil. Nasce ali o Movimento Negro Unificado, que em novembro daquele mesmo ano declara o 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra” (PALMARES, 2009, p.49).

Essa grande manifestação derivou da indignação dos militantes com o racismo da sociedade que estava causando a morte e o impedimento de negros de frequentar os mesmos ambientes que as pessoas de outra raça. Uma semana depois, o movimento negro passa a se chamar Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

Importante fixar que, quando o MNUCDR foi criado, em 1978, muitos dos grupos militantes que se fizeram presentes na manifestação e contribuíram para a conquista de sua formação já estavam formados desde o início da década de 70. Entre eles, destaca-se o Grupo Palmares, formado em 1971 no Rio Grande do Sul, grupo responsável pela ideia incorporada pelo MNUCDR de “deslocamento das comemorações do treze de maio para o vinte de novembro” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 31).

O Grupo Palmares era formado por homens e mulheres, todos negros, encabeçados pelo professor e poeta gaúcho Oliveira da Silveira e convictos de que a data comemorada pelo aniversário da Abolição da escravatura, treze de maio, não representava a liberdade da raça negra; por esse motivo passaram a se reunir para debater as reais significâncias da data. Em entrevista ao Portal Afro, Oliveira da Silveira explica que o grupo se reunia para falar sobre a não representatividade do 13 de maio para a comunidade, referindo-se ao fato de a decisão da libertação dos escravos ter sido tomada pela burguesia por motivos capitalistas e ao abandono do governo que não se preocupou em criar política de inclusão do ex-cativo.

O marco do início das atividades, a data vinte de julho de 1971, foi adotada pelo Grupo Palmares como a data dos primeiros encontros que começaram acontecendo em alguns finais de tarde no centro da cidade de Porto Alegre, em vários pontos já que não tinha uma sede específica. A articulação das reuniões era um tanto quanto complexa, pois o caráter voluntarioso de seus participantes, em sua maioria trabalhadores e pais de família, nem sempre permitia uma constância nas reuniões, fator que gerou várias desistências e modificações entre os membros do grupo quando ainda em processo de adaptação.

Durante os encontros, várias questões sobre as condições do negro na sociedade eram levantadas, dentre elas a “tendência à unanimidade. O treze não satisfazia, não havia por que comemorá-lo. A abolição só havia abolido no papel; a lei não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor do negro”. (SILVEIRA,2003. p.24). Por meio da fala do próprio Oliveira da Silveira, explica-se o porquê do grupo começar abolindo o treze, e com isso, incumbindo-se da tarefa de encontrar outra data, uma data em que os negros se identificassem e reconhecessem como digna de comemoração. Mais que isso, procuravam uma data que remetesse ao debate sobre a raça negra outrora tão estigmatizada pela escravidão.

Dedicados em um movimento de negação da “história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil, aspectos que distinguem o movimento negro dos demais movimentos sociais e populares da década de 70” (GOMES, 2011, p.136), os integrantes começaram estudando a História e a escravidão do Brasil a contrapelo. A partir disso, nota-se o Grupo Palmares totalmente inserido no ritmo dos movimentos sociais que estavam acontecendo ao mesmo tempo, histórico que se encontra marcado pela agitação política no Brasil do período ditatorial.

Dentre os conteúdos estudados, o Quilombo de Palmares cada vez mais se destacava como marcante na trajetória do negro no Brasil. Sob essa perspectiva, entre os textos estudados para pensar a história de Palmares estão: “o fascículo *Zumbi*, o nº 6 na série Grandes Personagens da Nossa História, da Abril Cultural [...] E lá estava o dia 20 de novembro de 1695, data da morte heroica de Zumbi, último rei e líder dos Palmares” (SILVEIRA,2003. p.25). Essa revista a qual Oliveira da Silveira se refere foi publicada em 1969, a qual, em meio aos artigos sobre personagens influentes, trouxe a história de Zumbi e o Quilombo de Palmares. Pode-se ainda destacar outras fontes relevantes como: “*O quilombo dos Palmares*, livro de Édison Carneiro publicado em 1947 [...] Confirmava o 20 de

novembro como data da morte de Zumbi, o que foi corroborado mais adiante pela obra *As guerras nos Palmares*, do português Ernesto Ennes, editado em 1938” (SILVEIRA, 2003, p.25). Segundo o próprio Oliveira da Silveira foram essas bibliografias que influenciaram o entendimento do grupo de que a data da morte de Zumbi deveria ser exaltada como um símbolo que representa a resistência, a luta contra a escravidão em prol da liberdade.

Perante a conclusão da não representatividade do 13 de maio, em meio a tais fontes de pesquisa, Oliveira da Silveira, juntamente com o Grupo Palmares, vê projetado na história do Quilombo de Palmares que se estende com a vida e morte de Zumbi, um século de luta do povo negro contra a escravidão. Assim, como o grupo não encontrou dados referente a data em que iniciou o quilombo, tão pouco sobre o nascimento de Zumbi, adota-se a data de sua morte como um símbolo de resistência negra. A partir disso, os militantes passaram a se dedicar à disseminação da ideia.

Toda uma mobilização foi adotada para a divulgação da data e a comemoração do primeiro 20 de novembro acabou acontecendo em Porto Alegre, cidade sede do Grupo Palmares, no ano de “1971, um sábado à noite, no Clube Náutico Marcílio Dias, sociedade negra [...] Público reduzido, conforme o esperado, mas considerado satisfatório” (SILVEIRA, 2003, p.35). Dá-se o início de um novo e árduo trabalho, divulgar a história do quilombo de Zumbi como uma inspiração para a luta contra o preconceito e a valorização da cultura negra. Após a primeira homenagem, todos os anos passaram a ter comemorações como passeatas ou outras formas de manifestação por todo o Rio Grande do Sul.

Em 1978, como citado anteriormente, o Grupo Palmares, ramificado em Movimento Vinte de Novembro, teve suas ideias incorporadas pelo MNUCDR. Após sua adesão, o Movimento Negro batizou a data de O Dia Nacional da Consciência Negra, nome sugerido pelo próprio Oliveira da Silveira. Gonzalez complementa: “Graças ao empenho do MNU, ampliando e aprofundando a proposta do Grupo Palmares, o 20 de novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982. p. 57). Valorizada pelo MNUCDR, a importância atribuída a data da morte de Zumbi passou a ser divulgada por todo o Brasil através do seguinte discurso: “É preciso que o movimento [...] se torne forte, ativo e combatente; mas para isso é necessária a participação de todos, afirmando o 20 de novembro como o dia nacional da consciência negra” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 57). Esse discurso era repetido como se fosse um grito de guerra que unia a comunidade negra através de um objetivo em comum: “pelo dia

nacional da consciência negra, pela ampliação do MNUCDR, por uma verdadeira democracia racial, pela libertação do povo negro” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 57).

O Grupo Palmares teve uma atuação importante dentro do movimento negro e para a sociedade como um todo. Em suma, sua história pode ser apresentada em três fases: Grupo Palmares, Grupo Tição e momento em que passam a fazer parte do MNUCDR.

Sua primeira etapa como grupo de trabalho Palmares findou em 1978 após ter realizado publicações em jornais discutindo questões raciais, promovendo a história dos quilombos de Palmares e divulgando manifestações culturais. O grupo promoveu exposições de artes feitas por artistas plásticos negros, palestras, promoção de eventos como mini-biblioteca com palestrantes, encontro de música e dança afro, entre outras ações.

A segunda fase se deu com a criação da revista Tição que intencionava divulgar suas discussões em torno das questões raciais. Criada em plena ditadura militar, a revista foi classificada como Imprensa Alternativa, porém não tinha como intenção fazer uma afronta direta aos discursos do governo repressivo. Ela se dedicou a trabalhar, por meio de artigos e fotografias ilustrativas, a conscientização racial através da negritude, oposição ao treze de maio o colocando como uma data sem qualquer representatividade de liberdade para a comunidade negra e divulgava a ideia do vinte de novembro, baseada na concepção do que representa o quilombo e a tradição quilombola trazendo como representante o Quilombo dos Palmares e, vendo na data da morte do líder Zumbi, uma representação de consciência negra. A revista Tição trabalhava seus temas dialogando com outros jornais que também compunham a imprensa alternativa negra da época. Esse trabalho foi um importante elemento que contribuiu com a veiculação da ideia de oposição ao 13 de maio e marca a fase na qual o grupo se ramificou como Grupo Tição (1977 – 1980).

A terceira e última fase, se deu entre 1988 e 1989, época em que parte dos integrantes do grupo passou a fazer parte do Movimento Negro Unificado, dispersando-se em várias ramificações militantes, outra parte continuaram “no mercado de trabalho tradicional como naquela época. Outros, envergaram o compromisso com a comunidade negra, trabalhando em Organizações Não-governamentais (ONGS)” (MORAES, 2008. p.59). Como uma de suas maiores conquistas do Grupo Palmares ficou a ideia do vinte de novembro, dia da morte de Zumbi, como dia da Consciência negra, “criação inequivocamente negra, emergindo da própria comunidade negra e seguindo caminhos próprios” (SILVEIRA, 2003, p.35). Uma ideia que partiu de negros, já que o grupo primava em ser formado

exclusivamente por integrantes negros e, após ser resignificado pelo MNUCDR tornou-se uma bandeira, não somente do Oliveira da Silveira e do Grupo Palmares, mas do Movimento Negro como um todo que desconsidera as comemorações do treze de maio, data da abolição da escravatura, por ser uma data que não representa a luta dos escravos pela liberdade alegando os reais motivos da abolição.

Depois de acirradas lutas travadas pelo Movimento Negro contra o preconceito racial e cultural, a data 20 de novembro, que vem sendo evocada há 42 anos e há 35 anos é chamada Dia da Consciência Negra, conquistou reconhecimento nacional. Sancionada no dia nove de janeiro de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei 10.639, além incluir a data comemorativa ao Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar, colocou como obrigatório no currículo escolar o ensino da História e cultura Afro-Brasileira. Essa foi uma vitória do movimento negro, pois veio de um projeto antigo apresentado anteriormente sem êxito por parlamentares como Abdias do Nascimento e Benedita da Silva. No entanto, uma nova retomada do projeto que, reavaliado sob uma nova óptica e, beneficiada por vários fatores culminaram na sua aprovação, entre eles o fato de que “um país com quase metade de sua população composta de pretos e pardos, [segundo o IBGE], deveria conhecer a história do continente africano, de onde veio um enorme contingente populacional que deu origem a grande parte dos brasileiros” (ALBERTI, 2007, p.25-26).

Em 2011, o Congresso Nacional decreta e a presidente Dilma Rousseff sanciona a lei 12.519/2011, lei que não coloca como feriado mas institui o dia 20 de novembro como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, reconhecendo o valor simbólico da data.

Hoje, O Dia da Consciência Negra no Brasil, além de ser uma bandeira do Movimento Negro, é um feriado em mais de 800 cidades brasileiras. O MNUCDR existe até hoje como designação genérica para diversas entidades e ações que se referem, entre outras, a discussões presentes sobre a demarcação de terras remanescentes quilombolas e os movimentos das mulheres negras que trazem uma abordagem de gênero, sexualidade e “hoje faz parte de uma articulação latino americana e internacional” (GOMES, 2011, p.141). Gomes continua sua explanação expondo que o Movimento Internacional das Mulheres Negras surgiu após a reprodução da desigualdade de gênero dentro do próprio MNU, por esse motivo “as mulheres negras se organizam e fundam nos anos 80, o Movimento das Mulheres Negras” (2011, p.141) que hoje, atua com militância políticas em comunidades negras, ONG’s e em projetos educacionais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O Movimento negro contemporâneo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.639.

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Centro de estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.

ARAIZA, Marília Bueno de Araújo. **O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830 – 1888)**, Dissertação Mestrado em História. Universidade de São Paulo. SP, 2012, 221p.

GOMES, N.L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Revista Eletrônica **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, abr. 2011.p.133-154.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro, Marco Zero, coleção 2 pontos, v3. 1982. 115 p.

LARA , Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil: Projeto História. **Revista do programa de estudos pós-graduados de história**, SP, v 16, p. 25 – 38. 1998. . Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185>> Acesso em 05 ago 2013.

LARA , Silvia hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no brasil., In Projeto História. **Revista do programa de estudos pós-graduados de história**, SP, v 45, 2012. p.28

MALCHER, Maria A. F; NAHUM, João S. Territorialidade e identidade dos grupos rurais. **Revista África e Africanidades**. Ano 3. nº10, agosto 2010. 12 p.

MORAES, Camila Lopes de. **A imprensa Alternativa negra: Tição, um grito de liberdade**. Trabalho de Conclusão do Curso Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Centro Universitário Metodista IPA, Porto Alegre, 2008. 66p.

MOURA, Clovis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo : Atica, 1993. 94p.

NUNES, Georgina Helena Lima. Comunidades remanescentes de Quilombolas: marcas negras de resistência de norte a sul do Brasil. **Caderno de Literatura**, Porto Alegre, Ano XI, nº15, p.8, dezembro 2007.

NUNES, Georgina Helena Lima. Espaços possíveis por onde cartografar quilombos, *In*: Silva, G.F.; Santos, J.A. & Carneiro, L.C.C. (Org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento** . Porto Alegre. EDIPUCRS, 2009. pág 198. Disponível em <ebooks.pucrs.br/edipucrs/rsnegro/e-book.pdf> Acesso em 13 ago 2013

PALMARES, Gilberto. Desigualdades Étnico-Raciais nos 120 Anos da República Brasileira. **Acervo Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n 2, jul/dez . p.45-56. 2009

PEREIRA, Amilcar Araujo; ALBERTI, Verena. **Qual África?** Significados da África para o movimento negro no Brasil. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 39, p. 25-56, 2007.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1996. 509 p.

SILVEIRA, Oliveira. **Oliveira Silveira no Portal Afro [bog].** Dez. 2006. Disponível em <http://oliveirasilveira.blogspot.com.br/2006_12_01_archive.html> Acesso em 28 out 2013.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo, in SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, D.F : INEP, 2003. p. 21 – 42.

TIÇÃO, Porto Alegre/RS: Editora Paralelo, nº1, março 1978. 31 p.

TREVISAN, Leonardo. **Abolição:** um suave jogo político?. São Paulo : Moderna, 1988. 55p.

Artigo recebido em maio de 2014. Aprovado em setembro de 2014.